



Graduação em Línguas e literaturas modernas
Itinerário de Língua portuguesa e Literaturas Lusófonas

Trabalho de final de graduação

“As hienas uivam, as serpentes
silvam, os homens sonham”

Um estudo antropológico na obra de
Ungulani Ba Ka Khosa

TITOR: ELIAS J.TORRES FEIJÓ

LAURA FORMOSO CUESTA

Fevereiro 2019

Trabalho de Final de Graduação apresentado na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela para a obtenção da Graduação em Línguas e literatura modernas, itinerário de Língua Portuguesa e Literaturas Lusófonas

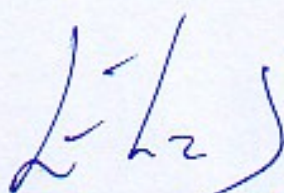


Graduação em Línguas e literaturas modernas
Itinerário de Língua portuguesa e Literaturas Lusófonas


Trabalho de final de graduação

“As hienas uivam, as serpentes
silvam, os homens sonham”

Um estudo antropológico na obra de
Ungulani Ba Ka Khosa



TITOR: ELIAS J. TORRES FEIJÓ



LAURA FORMOSO CUESTA

Fevereiro 2019

Trabalho de Final de Graduação apresentado na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela para a obtenção da Graduação em Línguas e literatura modernas, itinerário de Língua Portuguesa e Literaturas Lusófonas

Resumo

O objetivo deste trabalho é observar a cultura de Moçambique a través da sua literatura, entendendo a obra literária não só como matéria de estudo, mas também como ferramenta de análise antropológica. Para isso, repara-se nas características dos grupos humanos representados na obra de Ungulani Ba Ka Khosa *Ualalapi*. Publicado em 1987, em plena guerra civil, e premiado com o Grande Prémio de Ficção Moçambicano em 1990, é de interesse para a tarefa pela sua encenação histórica: narra os últimos dias do Império de Gaza e a caída de Ngungunhane, herói da resistência nacional contra os colonizadores portugueses e ingleses na altura da Conferência de Berlim. A recriação histórica, a recolha e defesa da tradição dos povos meridionais de Moçambique ou a revisão da figura do herói presentes nesta obra permitem trabalhar sobre a questão da identidade e processo de criação da memória histórica colectiva. O autor é tratado como informante num exercício de abstração em que a obra é a resposta a um inquérito etnográfico. Com os dados tirados, faz-se a análise de como são referidos pelo autor homens e mulheres, quais deles são os eleitos para fazer parte da História e como são descritas as relações que mantêm com o meio que habitam (parceiros não humanos incluídos). Tenciona-se descobrir qual é a ideia de cultura moçambicana, qual a proposta de país que Ungulani Ba Ka Khosa achega para afrontar os desafios de futuro.

Palavas chave: literatura-Moçambique-identidade-antropologia-Ualalapi

Índice

Resumo.....	3
1 Introdução	5
1.1 Literatura e sociedade em Moçambique, questão de identidades.....	5
1.2 Objetivo: estrutura e estruturação social num romance chave: <i>Ualalapi</i>	7
2 Metodologia	10
2.1 Relação entre literatura e antropologia.....	10
2.2 O inquérito etnográfico e o informante privilegiado.....	10
2.3 Campo de trabalho, Moçambique.....	12
2.4 Informante privilegiado, Khosa	15
2.5 Resposta à <i>grand tour question</i> , <i>Ualalapi</i>	17
3 Resultados: Estrutura social moçambicana em <i>Ualalapi</i>	20
3.1 Bourdieu, <i>habitus</i> e campo social.....	20
3.2 Campos e sujeitos sociais presentes na obra.....	20
3.2.1 Mundo dos portugueses.....	20
3.2.2 Mundo autóctone.....	22
3.2.2.1 Corte.....	22
3.2.2.2 Aldeia.....	23
3.2.3 <i>Extra mundi</i> e mundo não humano.....	24
3.3 Estrutura e estruturação social em <i>Ualalapi</i>	26
4 Conclusões.....	30
Referências bibliográficas.....	31

Formulario de delimitación de título e resumo

Traballo de Fin de Grao curso 2018/ 2019

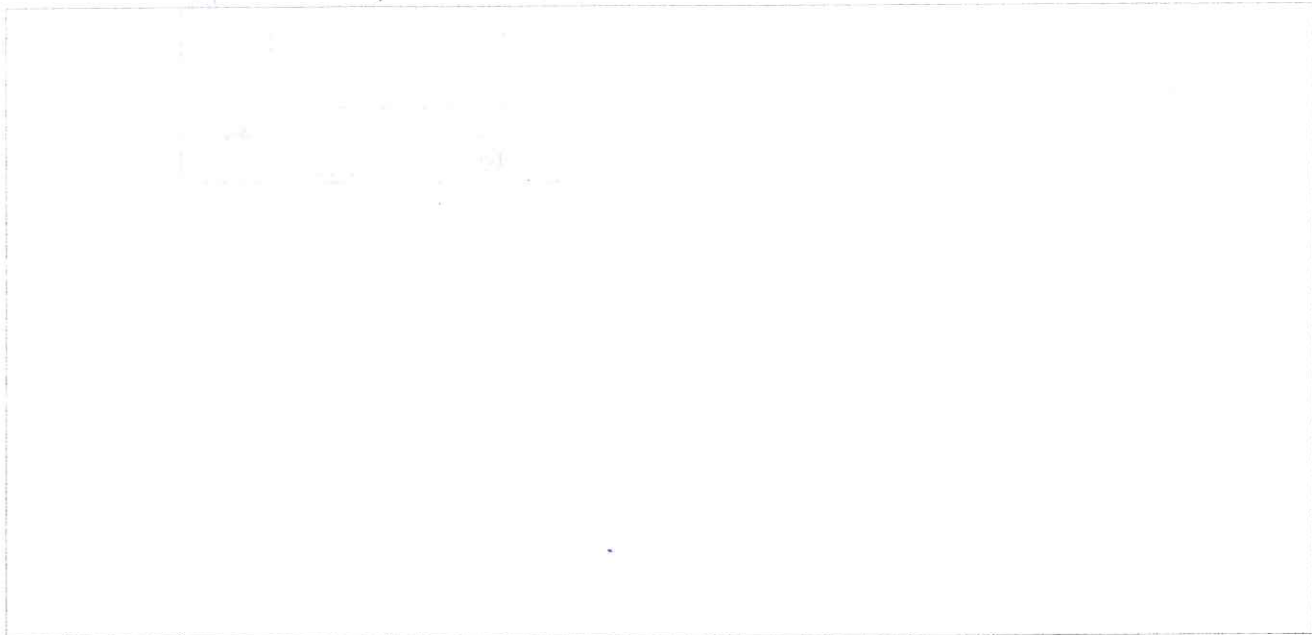
APELIDOS E NOME:	FORMOSO CUESTA LAURA
GRAO EN:	Linguas e literaturas modernas
(NO CASO DE MODERNAS) MENCIÓN EN:	Lingua portuguesa e literaturas lusófonas
TITOR/A:	Feijó Torres Elias
LIÑA TEMÁTICA ASIGNADA:	Cultura e literatura lusófonas

SOLICITO a aprobación do seguinte título e resumo:




Título: "As hienas uivam, as serpentes silvam, os homens sonham". Um estudo antropológico na obra de Ungulani Ba Ka Khosa

Resumo

O obxectivo deste traballo é observar a cultura de Moçambique a través da súa literatura, entendendo a obra literaria non só como obxecto de estudo, mas tamén como ferramenta de análise antropológica. Para iso, reparo nas características dos grupos humanos representados na obra de Ungulani Ba Ka Khosa *Ualalapi*. Publicado en 1987 e premiado con o Grande Premio de Ficción Moçambicano en 1990, é de interese para a miña tarefa, entre outros motivos, pola súa encenação histórica: narra os últimos días do Império de Gaza e a queda de Ngungunhane, herói da resistencia nacional contra os colonizadores portugueses e ingleses na altura da Conferencia de Berlín. A re-creación histórica, a recolla e defensa da tradición tsonga (povo do Sul de Moçambique) e a revisión da figura do herói presentes nesta obra permiten traballar sobre o proceso de creación da memoria histórica colectiva. Analiso como son referidos polo autor homes e mulleres, quais deles son os eleitos para facer parte da Historia e como son descritas as relacións que manteñen entre eles e con o medio que habitan (parceiros non humanos incluídos), para descubrir qual é a idea de cultura moçambicana, qual a proposta de país para o futuro, do autor anteriormente chamado en portugués Francisco Esaú Cossa.



Santiago de Compostela 23 de octubre de 2018.

Sinatura do/a interesado/a 	Visto e prace (sinatura do/a titor/a) 	Aprobado pola Comisión de Títulos de Grao con data 16 NOV. 2018  Selo da Facultade de Filoloxía
--	---	---

1 Introdução

1.1 Literatura e sociedade em Moçambique, questão de identidades

Na literatura investigadora prévia sobre Moçambique há uma palavra que se repete como conceito chave: identidade; aparece num grande número de artigos, trabalhos académicos e publicações. A relação entre identidade, memória e sociedade ocupa um espaço considerável na investigação moçambicana, tanto no campo dos estudos culturais como literários. Maurício Silva, com “Identidade cultural e consciência nacionalista nas literaturas africanas lusófonas: uma introdução”, Ungulani Ba Ka Khosa “Memórias perdidas, identidades sem cidadania” ou José Luis Cabaço Silva *Identidade, colonialismo e libertação* procuram dar solução à questão de qual a identidade coletiva do país. Em “A poesia contemporânea em Moçambique e a concepção de identidade” (Rosa Lima 2014), “A representação literária da identidade na literatura moçambicana: Craveirinha” (Matusse, 1997) ou “A literatura e a concepção de identidade em algumas narrativas de *Estórias Abensonhadas* de Mia Couto e de *Rio dos bos sinais* de Nelson Saute” (Cesário Lerco 2012) é estudada explicitamente a relação entre literatura e construção de identidade nacional.

Esta procura da identidade pode responder à soma da crise existencial do sujeito pós-moderno com a problemática configuração da sociedade pós-colonial. Homi Bhabha em *The location of culture* formula a questão da modernidade como uma interrogação sobre identidade e pertença “What do I belong to in this present? In what terms do I identify with the “we”, the intersubjective realm of society?” (Bhabha 1995: 245) . A colonização portuguesa durante séculos (com início no S. XVI e consolidação em 1889 a través da ocupação militar), o violento processo de descolonização e a posterior guerra de desestabilização interna e guerra civil provocaram a perda de referentes culturais próprios dos povos autóctones. A miscigenação cultural e a necessidade de expressão própria fruto da dualidade da sociedade colonial deram como resultado uma criação literária interessantíssima para o trabalho antropológico; a literatura dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) é rica em autores que fazem um esforço em reconstruírem as suas raízes, trabalhando com a dimensão social mas também com a psicológica, antropológica e ontológica à procura da resposta a qual é o lugar do ser antropológico africano no mundo pós-colonial.

O sistema literário moçambicano esteve ligado aos processos históricos sofridos pelo país nos seus diferentes períodos, desde o primeiro que Pires Laranjeira chama de preparação² (finais do século

1 “A que pertenceço neste presente? En que termos é que me identifico com o “nós”, a realização intersubjectiva da sociedade?” (Tradução própria)

2 Fica fora desta periodização a “oratura” ou produção literária de transmissão oral, forma presente na cultura moçambicana antes da ocupação portuguesa, de grande vitalidade até os nossos dias, por questões teórico-metodológicas já que não encaixa na definição de sistema literário de António Cândido em *Formação da Literatura*

XIX até meados do século XX) até o de consolidação (1975 a 1992) passando por um intermédio de formação (1950 a 1963) e um de desenvolvimento (1964 a 1975) (Laranjeira 1995). Estes períodos literários são definidos por acontecimentos como a expansão da ocupação portuguesa, o processo de descolonização e independência ou a guerra civil. Nos anos 50 surgiram as primeiras vozes literárias a tratar a temática da identidade racial e a denúncia da opressão, as obras de alguns deles, como são Noémia de Sousa, Marcelino dos Santos (Kalungano), Luis Bernardo Honwana ou José Craveirinha, serão referentes fundamentais na formação da literatura moçambicana.

Desde aqui, as vozes dos escritores moçambicanos misturarão texto e contexto, será muito comum a reflexão política ou ideológica como temática literária. Já foi comentado que o tema da identidade surge da necessidade de questionamento da realidade experimentada como maneira de reagir contra a homogeneização, primeiro da colonização portuguesa e depois da unificação nacional pós-independência, é preciso dar resposta às ambiguidades sofridas pelo ser colonizado, resolver a situação de dualidade cultural e linguística; o escritor, ou escritora, moçambicano escreve na língua do colonizador a sua realidade de colonizado.

A crítica literária centrada nos estudos pós-coloniais tem trabalhado com esta questão da procura da identidade na literatura dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) de uma perspetiva antropológica: Ana Maria Martinho Gale em *The protean web. Literature and Ethnography in Lusophone Africa* (2011) descreve o problema identitário como uma questão existencial de natureza social³ produto das mudanças sofridas após a descolonização⁴ e defende para o estudo da literatura que trabalha estas questões uma focagem larga, abrangente, que tenha em conta a conexão entre literatura e etnografia. Justifica este posicionamento referindo o trabalho de autores como Clifford em *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna*. (Clifford 1995), Homi Bhabha com *The location of culture* (Bhabha 1995) ou o artigo de John Stewart STEWART, John. “The literary work as a culture document: a caribbean case” (Stewart 1989).

É em sociedade onde se constrói a identidade, pela oposição com a alteridade. James Peacock, em *La lente antropológica* (Peacock 2005:106) parafraseia Foucault ao afirmar que não existe

Brasileira (Momentos decisivos) seguida por Pires Laranjeira. Neste trabalho é preciso sinalar a sua existência e importância na literatura moçambicana tanto como elemento transmissor da cultura tradicional como pelo seu valor intrínseco e a sua presença na obra que analisamos *Ualalapi*.

3 “This is not a matter of ethnic identification but rather of how the individuals perceive themselves in society or how they are perceived by others” / “Não é este um problema tanto de identificação étnica mas de como é que os indivíduos se percebem em sociedade ou como são percebidos pelos outros.” (Tradução própria). (Gale 2011: 1963)

4 “With the consolidation of political choices after the independences, Angola e Moçambique went through major changes in the reconfiguration of their ethnic representation” / “Com a consolidação das escolhas políticas após a independência, Angola e Moçambique experimentaram enormes mudanças na reconfiguração da sua representação étnica” (Tradução própria) (Gale 2011)

identidade humana cuja existência fosse prévia ou alheia à da sociedade circundante, a cultura é produto do confronto da experiência social e é por oposição que se definem as características da identidade humana (quer individual, quer coletiva). Os estudos que pretendem dar solução às questões identitárias presentes nas obras literárias estão fundamente ligados ao estudo da sociedade em que são enquadradas essas produções.

Pelas características sociopolíticas e culturais singulares de Moçambique, é patente a necessidade de trabalhos de utilidade que cubram as lagoas emergidas no novo contexto social do cenário pós-colonial e pós-moderno. No seu relatório anual, “Moçambique 2015”, a UNESCO detetou carências em questões de desenvolvimento chave como, por exemplo, a qualidade da educação, a alfabetização e educação de adultos ou a educação especial para raparigas e mulheres. Na sua análise das condições socioeconómicas em Moçambique descobriram que ainda são necessários esforços de desenvolvimento, pois a pobreza continua a ser severa, concentrada mormente nas zonas rurais (principalmente no centro, norte e litoral do país). Estima-se que 52% da população vive abaixo da linha da pobreza (2009), e a taxa de população de jovens e adultos não alfabetizados, com idades entre 15 e 60 anos, permanece entre as mais altas do mundo (44,9% em 2014-2015-IO Inquérito Orçamento Familiar). No mesmo período, a taxa de alfabetização feminina foi ainda menor, sendo calculada em 45.37%, em comparação com 73.26% para o sexo masculino (UNESCO 2016).

Em situação de emergência social como esta, os estudos literários devem deitar fora as restrições académicas e trabalhar na interdisciplinariedade. É precisa uma crítica literária atual, colocada no campo das investigações na cultura, que entenda o produto literário como mais um útil de trabalho do ser humano e que recupere a relação entre pessoas e textos, entre sociedade e autor. Num país que tem por diante grandes desafios para o futuro são mais necessárias que nunca ferramentas culturais que contribuam à criação de uma identidade comum que não vire costas à variedade e riqueza interna. Estudar a sociedade moçambicana implica descrever todas e cada uma das sociedades que a compõem, com as suas características culturais próprias.

1.2 Objetivo: estrutura e estruturação social num romance chave: Ualalapi

É por isso que este trabalho procura analisar a estrutura da sociedade moçambicana refletida no romance de Ungulani Ba Kha Khosa, *Ualalapi*. Com a intenção de chegar materiais que contribuam na criação de uma imagem de país com força para afrontar os desafios do século XXI. Interessa Khosa, além de pela qualidade literária da sua obra, porque é um autor comprometido com a representação da realidade social moçambicana, que concebe a literatura como ferramenta

e acredita no seu poder transformador da sociedade. Em entrevista a Patrick Chabal confessa a sua intenção de ser codificador da realidade

E foi aí que comecei a sentir a necessidade, realmente, de escrever, para falar dessa realidade e expor o que muitas pessoas não sabiam” (Chabal,1994: 309).

Ele próprio tem refletido sobre a questão da problemática da identidade nacional

Com a independência esperava-se, enfim, que as várias identidades ganhassem cidadania e contribuíssem, na sua diversidade, para a construção do tecido identitário moçambicano. Mas tal não aconteceu (...) Perdemos, na euforia da libertação, a oportunidade de libertar a memória e de traçar, com inteira liberdade, o nosso destino cultural. (Khosa 2005)

e a sua relação com as características do sistema literário moçambicano

Se hoje se questiona a identidade ou o papel da literatura moçambicana é porque Moçambique é um país recém-independente em que a constituição da identidade nacional está ainda em processo”(Chabal, 1994:8)

Essa intenção representadora da realidade pode levar à aparição de homologias que repitam modelos intra e extratextuais; é demonstrado que temáticas e géneros têm correspondências estruturais na realidade extraliterária e a estrutura social pode ver-se refletida na produção literária. Ainda mais, para teóricos da sociologia da literatura como Goldman existem homologias estruturais entre os grupos sociais e os géneros literários praticados por eles; para o estruturalismo genético, o carácter coletivo da produção literária provém dessa homologia entre o universo das obras literárias e as estruturas mentais dos grupos sociais; Goldman, com a análise dos romances de Malraux, por exemplo, acompanha o desenvolvimento do romance como grande género burguês. No caso do assunto que ocupa esta investigação é possível afirmar que no processo criativo de Ungulani Ba Ka Khosa a estrutura da obra é determinada pela temática, porque assim foi confessado por ele em entrevista à Kapulana, a 24 set. 2018.

Quando escrevo, deixo-me levar pelo texto, pelos personagens. Não tenho um guião à priori. O tema do livro dá-me a estrutura e o movimento dos personagens. O que me ficou dos tempos de aprendizagem, ou seja, o meu mote, foi o de construir uma narrativa que tivesse por base os movimentos do cavalo: passo, trote e galope. Quero que o texto vibre como os tambores que ressoam pela noite adentro na savana tropical. O resto não me interessa. (Khosa 2018)

Esta investigação parte da hipótese de existirem escritores/as que podem ser tratados/as como informantes úteis na investigação literária. A través do método etnográfico, sob a consideração do autor como produto e produtor cultural, é possível chegar-se às obras literárias como informações chegadas por informantes privilegiados. Ungulani Ba Ka Khosa, como autor comprometido com a representação da realidade para a intervenção social, trabalha na duplicidade de ser matéria de estudo etnográfico e etnógrafo ao mesmo tempo.

Khosa escreve com a intenção de comunicar à sociedade circundante um olhar próprio sobre os acontecimentos históricos comuns, é um autor consciente do poder transformador da sua escrita.

O seu papel de criador de opinião, e o reconhecimento da sua obra como representativa da identidade moçambicana, convertem-no no tipo de informante ideal em que fundamentar uma investigação sobre as características sociais moçambicanas. Para provar a sua validade como informante aplica-se uma técnica de recolha de dados própria do método etnográfico que ajude a conhecer a estrutura social presente no romance.

Assim, são definidos os seguintes objetivos para o trabalho:

- Descobrir qual é a estrutura e estruturação social presente em *Ualalapi*
- Conhecer as características sociais moçambicanas no período dos últimos dias do Império de Gaza
- Testar a validade de Ungulani Ba Ka Khosa como informante para a análise do ponto de vista antropológico

Realizar uma descrição da sociedade moçambicana a través da informação obtida nas páginas de *Ualalapi* de Ungulani Ba Ka Khosa validará como informante o seu autor e abrirá a porta a futuros trabalhos com outros/as autores/as sob o mesmo tratamento.

2 Metodologia

2.1 Relação entre literatura e antropologia

Já foi referida a natureza da obra literária como produção cultural e o papel do escritor como tradutor da realidade em matéria artística. Em palavras de John Stewartt a literatura é um produto cultural:

Literature is a performance of culture (...) as cultural performers, writers must undertake the task of convertige experience into symbolic action” e “literary text still carries much of the responsibility for presenting reliable examination of society⁵ (Stewart 1989: 109)

Para teóricos como Clifford, tanto etnógrafos como escritores, informantes ou textos são todos eles produtos activos da cultura; os autores são, à vez, sujeitos e objectos culturais. A criação artística converte em texto a experiência, as escolhas que fazemos ao criar determinam estratégias de diferenciação e implicam uma visão particular do mundo (Gale 2011: 85). O romancista é um etnógrafo quando toma a posse de observador participante, quando, de maneira mais ou menos consciente, está a escrever sobre a cultura. (Clifford 1995: 24). A antropologia mantém especial ênfase em sinalar a cultura como fundamento da existência humana; parte-se do estudo da cultura para chegar até a sociedade e, assim, ao indivíduo e a sua identidade.

2.2 O inquérito etnográfico e o informante privilegiado

Dentre as diferentes técnicas de recolha de dados da antropologia aplicada (aplicação de práticas e teorias próprias da antropologia na análise e resolução de problemas) escolheu-se o método de estudo etnográfico *key informant*, ou informante privilegiado, porque permite fazer trabalho de campo à distancia, sem ser imprescindível a observação direta no campo de trabalho; aliás, é uma técnica que achega dados qualitativos e que resulta muito útil na análise literária porque deixa escolher um autor e dialogar com os seus textos como se fossem respostas a uma entrevista etnográfica. Foram seguidas as instruções de teóricos da antropologia como Alexander Ervin, James Spradley ou Russell H. Bernard para a aplicação da técnica correctamente.

Para começar a investigação é seleccionado um informante que se considera pode achegar informações verazes sobre o assunto investigado, pode trabalhar-se com ele em solitário ou usá-lo de passe para a comunidade com a que se quer contactar; pode-se pedir ao informante que achegue ao grupo de trabalho novos informantes e assim contar com o efeito de “bola de neve”. Seria esta uma técnica útil se interessar a continuidade deste trabalho com outros autores moçambicanos.

5 “A literatura é um produto cultural (...) como produtores de cultura os escritores devem empreender a tarefa de codificar a experiência em ação simbólica (...) o texto literário ainda carrega com a responsabilidade de apresentar uma análise fiável da sociedade”. (Tradução própria).

Neste momento apenas um autor é suficiente para o propósito da investigação mas, se quisermos ampliar, Khosa poderia ser o informante chave que trouxesse às entrevistas, por exemplo, Craveirinha (como influência declarada da sua obra) ou Mia Couto (pela coincidência temática de alguns dos seus romances).

Recomenda Alexander Ervin, em *Applied anthropology. Tools and perspectives for contemporary practice* (Ervin 2005: 168) que o sujeito a quem entrevistar para uma frutífera investigação seja figura local relevante ou alguém com vínculos com organizações importantes para a comunidade, conhecedor dos temas a tratar na investigação e que cumpra as seguintes características, descritas previamente por James Spradley (Spradley 1979):

- Precisa estar submerso/a culturalmente na área de actividade ou conhecimento do estudo
- Deve mostrar-se habitualmente comprometido/a com a comunidade
- Os temas e cenas culturais investigadas devem ser praticamente desconhecidas para o/a investigador/a
- O/a informante deve dispor de tempo para participar na investigação
- O/a informante deve ser não-analítico

Acrescenta Bernard, em *Researchs methods in anthropology*

I have consistently found the best informants to be people who are cynical about their own culture. They may not be outcasts, (in fact, they are always solid insiders) but they say they feel somewhat marginal to their culture, by virtue of their intellectualizing of and disidentification with their culture. They are always observant, reflective, and articulate. In other words, they invariably have the qualities that I would like to have myself⁶. (Bernard 1989: 199)

Num exercício de abstração, submetemos o nosso informante a um inquérito ou uma entrevista dialogada; aconselha James Spradley tomar a entrevista como uma amigável conversa em que o investigador introduz, de vagar, os elementos que ajudem os informantes a responder (Spradley 1979: 58). É assim como foi tomada a leitura e análise do texto, como um diálogo com o autor a quem submetemos a perguntas.

As perguntas etnográficas podem ser descritivas, estruturais ou comparativas. As perguntas descritivas são as mais usadas de fazer e as mais usadas, permitem que o informante se expresse de

6 Tenho constatado os melhores informantes serem pessoas que são cínicas no que diz respeito à sua própria cultura. Podem não ser forasteiros (de facto, são sólidos membros da comunidade) mas dizem sentirem-se de alguma maneira alheios à sua cultura, em virtude da sua racionalização e dissidência da sua cultura. São sempre observadores, reflexivos e articulados. Noutras palavras, invariavelmente têm qualidades eu gostaria de ter. (Tradução própria)

Uma classe de pergunta descritiva, a *grand tour question*, foi a escolhida para este trabalho pelas características internas da investigação, que procura uma análise descritiva da sociedade moçambicana, e pela necessidade de deixar uma maior expressão ao informante.

A *grand tour question*, ou pergunta de longo percorrido, simula a experiência de uma visita guiada pelo campo de trabalho em que o/a informante leva o/a etnógrafo/a pelos lugares que considera mais importantes, pede-se uma descrição de uma localização ou situação concreta no tempo ou espaço à que o/a informante responde com liberdade escolhendo os aspetos que considera mais relevantes.

Este trabalho parte de uma pergunta de longo percorrido típica, pergunta por uma descrição de como costumam ser as coisas. É uma pergunta ampla que oferece absoluta liberdade de escolha quanto a tempo e espaço para a resposta: “Senhor Khosa, pode contar-me como é Moçambique?”.

2.3 Campo de trabalho, Moçambique

Moçambique é um país de grandes dimensões (799.380 quilómetros quadrados) situado na costa sudeste da África. Dentre as suas fronteiras, Malawi, Zâmbia, Zimbaué, África do Sul e Suazilândia, destaca o Oceano Índico que o banha pelo leste; é o único dos países dos PALOP com acesso ao Índico e, pelo tanto, permeável à influência geográfica direta indiana ou asiática. Tem o seu território dividido pelo rio Zanzei, com 850 quilómetros de extensão dentro do país, mas além dele estão os rios Zambeze no centro; Limpopo no sul, o Rovuma no norte... Os rios Lúrio, Ligonha, Save, Changane e Komati (Incomáti) definem muitas das fronteiras políticas, étnicas e linguísticas dos povos locais.

A falar de cifras de população, no Recenseamento Geral de População e Habitação de 2017, consta que a cifra total é de 28,9 milhões de habitantes, dos que 99% de habitantes são negros, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística). Moçambique é um país com grande presença feminina; os dados estatísticos sinalam que para cada 100 mulheres temos 91.1 de homens, e também é um país jovem, já que a idade média da população é de 17, 5 anos, com um alto índice de natalidade 40, 6% mas também um altíssimo índice de mortalidade infantil 67,9 mortes/1.000 nascimentos.⁷ Estes dados devem ser analisados tendo presente sempre o contexto sócio-histórico de Moçambique.

A carência de estruturas para o atendimento da saúde da população local, característica do período colonial, prolongou-se durante o violento processo de descolonização e a guerra de libertação que

⁷ Nos preliminares do IV censo de população, 2017, só são acessíveis os dados quanto número total de habitantes a sua distribuição por províncias. Para o resto de informações foi necessário consultar o último censo disponível, o de 2007.

daria lugar à independência em 1975. Posteriormente, os períodos de guerras, tanto internas como de conflitos com a África do Sul e Rodésia (na atualidade, Zimbabué) no quadro da Guerra Fria, contribuíram para dificultar o acesso aos bens básicos: ocorreram ataques às instalações de infraestrutura social e provocaram o êxodo das populações das áreas rurais à procura de trabalho para uma melhora nas condições de sobrevivência. O processo de abandono das áreas rurais afetou não só a produção agrícola mas também a recente produção industrial; ficando a atividade mineira (às vezes, em explorações ilegais) como única actividade empresarial nas províncias mais desfavorecidas do interior, como Tete ou Niassa. Esta situação contribuiu à desestruturação do país e dificultou ainda mais o acesso da população aos bens de necessidade básica. É no ambiente rural onde a população moçambicana apresenta os índices mais elevados de pobreza já que a carência de recursos foi agravada por longos períodos de secas. Além disso, os intensos combates durante a guerra civil provocaram o recrutamento forçado de homens e jovens, a morte de parte da população, a deslocação a campos de refugiados dos sobreviventes e, em muitos casos, a desestruturação familiar e social.

Com a chegada da democracia ao país, no período de 1990 a 1995 o governo começou uma série de ações, com o apoio de organizações internacionais de ajuda humanitária, para promover o desenvolvimento económico e a melhora social. Mas, como já foi comentado anteriormente, a UNESCO, no seu relatório de 2015, ainda deteta fundas carências em matérias como alfabetização e escolaridade. O domínio, ou não, da língua portuguesa é, à vez, indicador de escassez na formação escolar e impedimento para o sucesso das políticas educativas.

O português, como língua do colonizador, foi a única língua oficial num país com mais de quarenta línguas próprias de origem banta até o fim do período colonial, o grande catálogo das línguas do mundo, *Ethnologue*, cifra em 43 as línguas ainda em uso na actualidade (Simons e Charles 2018). Mesmo com a chegada da independência, a 25 de junho de 1975, optou-se pela permanência dessa língua oficial por considerá-la elemento comum a todo o território moçambicano; a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) marcou como objetivo principal do seu governo a universalização da educação, a difusão do uso da língua portuguesa e a alfabetização em português.

A união nacional e homogeneização do novo estado independente passava pela assunção da antiga língua opressora como traço identitário moçambicano já que era necessário, em frase atribuída a Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique após a independência, “matar a tribo para construir a nação”. Apesar disto, a propagação da língua para o interior do país foi limitada,

permanecendo como exclusividade do ambiente urbano. Atualmente, só 40% da população de Moçambique fala o português, e destes falantes é uma percentagem muito pequena que a tem como a sua língua inicial, já que a mais habitual é o *emakhuwa* (26.3%), seguido pelo *xichangana* (11.4%) e o *elomwe* (7.9%). Estes dados revelam que, ainda que seja a língua oficial e de obrigado ensino, o português fica restrito ao uso no ambiente urbano e a esfera pública, é a língua da administração e do prestígio social, mas a maioria da população ainda se comunica, no dia a dia, por meio das reconhecidas como línguas nacionais.

A dia de hoje, Moçambique é um país democrático, o partido no poder desde o começo da democracia é a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Embora após o período de abertura e democratização (1992-1995) surgiram novos partidos políticos, a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) é a principal força opositora ao governo; os enfrentamentos armados entre governo e oposição acabaram, na teoria, com a firma definitiva da paz em 5 de setembro de 2014. Apesar do clima de estabilidade política e a intenção pacificadora de todas as partes, a violência não tem desaparecido de Moçambique porque continuam a existir choques entre forças afins à oposição e governo e ataques, no norte do país, de grupos terroristas islamistas.

O ideal de unificação e homogeneização nacional do socialismo da FRELIMO não conseguiu apagar a grande diversidade étnico-cultural do país nem as práticas religiosas próprias das tribos autóctones. Os povos que habitam atualmente Moçambique são incluídos no grande grupo dos Bantu, que povoa quase toda a África a Sul do Sahara. A. Rita Ferreira divide os Bantu de Moçambique nos seguintes sub-grupos: *Tsonga, Chope, Khoka-Tonga, Marave, Makua-Lomwe, Ajaua, Makonde e Vangune*. (Ferreira 1975). Para além dos grupos identificados, existem outros localizados na costa norte, cuja característica particular é a influência patriarcal islâmica que apresentam: são os *Mwani*

No portal do governo moçambicano⁸ a informação quanto à história do período pré-colonial e, pelo tanto, relativa aos povos que moravam no país antes dos portugueses é limitada a estas frases:

Os primitivos povos de Moçambique eram bosquímanos caçadores e recolectores. As grandes migrações entre 200/300 DC dos povos Bantu de hábitos guerreiros e oriundos dos Grandes Lagos, forçaram a fuga destes povos primitivos para as regiões mais pobres em recursos. Antes do séc. VII, foram estabelecidos Entrepósitos comerciais pelos Suahil-árabes na costa para trocar produtos do interior, fundamentalmente ouro e marfim por artigos de várias origens. (Portal do Governo de Moçambique 2015).

Fica a ideia de um bloque monolítico de origem banta ser origem comum a todo Moçambique e a história prévia à expansão da colonização portuguesa fica como incógnita. Mas é sabido pela sobrevivência das mais de 40 línguas nacionais, por exemplo, que a variedade interna é maior, que

8 <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Historia-de-Mocambique/Periodo-Pre-Colonial>

Moçambique é um país caracterizado pela sua diversidade cultural fruto da ocupação colonial portuguesa e o contato das tribos autóctones com outros povos.

Este país de desigualdades sociais, carências económicas e grande miscigenação cultural é o campo de trabalho em que nasce uma investigação que pretende dar resposta à incógnita da identidade social moçambicana.

2.4 Informante privilegiado, Khosa

Ungulani Ba Ka Khosa é o nome em língua *tsonga*⁹, grupo étnico do sul de Moçambique, sudeste do Zimbawe e norte da África, de Francisco Esaú Cossa. Nascido na província de Sofala em 1957 foi educado em português mas esteve em contato com a língua *ronga*¹⁰ a través da sua mãe. Estudou História e Geografia e exerceu de professor do ensino secundário ao norte, na província de Niassa. Ali é onde tomou consciência da necessidade de recolher a desconhecida tradição dos povos de Moçambique e assumir o rol de escritor comprometido.

Pertence à segunda geração de autores do período pós-colonial, ou período de Consolidação (Laranjeira 1995). É a chamada “Geração da Charrua”, grupo de escritores que quebravam com a ideia da utopia nacional dos autores prévios, com posições antidoutrinárias e maior heterogeneidade temática e formal. A revista *Charrua* era o meio de expressão da Associação dos Escritores Moçambicanos, ao longo das suas oito edições, entre junho de 1984 e dezembro de 1986, lançou poetas e escritores como Ungulani Ba Ka Khosa, Armando Artur, Juvenal Bucuane, Pedro Chissano, Filimone Meigos e Carlos Paradona. Ungulani Ba Ka Khosa foi membro fundador da revista e responsável, indiretamente, de que chegasse a ver à luz. Juvenal Bucuane dá os detalhes daquela colaboração:

Mas acontece que nós só sabíamos recolher os textos necessários e não sabíamos mais o que fazer a seguir, foi então quando nos lembramos do irmão do Ungulani Ba Ka Khosa, Elias Cossa ele era jornalista e estando dentro desses meandros fizemos a maquetização da revista, em casa dele. Eu penso que fizemos a primeira, a segunda e mais algumas em casa dele. Ele foi o grande maquetizador da revista “Charrua” (Quive 2012)

Publicou o seu primeiro romance, *Ualalapi*, em 1987, em plena guerra civil, e com ele ganhou o prémio nacional de literatura em 1990; esse é o ano de publicação do seu segundo livro *Orgia dos loucos*, ao que seguirão *Histórias de amor e espanto* (1999); *No reino dos abutres* (2002); *Os sobreviventes da noire* (2007); *Choriro* (2009); *Entre as Memórias Silenciadas* (2013); *O Rei Mocho* (2016) e *Cartas de Inhaminga* (2017). Em 2018, coincidindo com a reedição de *Ualalapi* e publicação da sequela *Gungunhana*, foi-lhe outorgado o grande prémio das letras moçambicanas, o prémio José Craveirinha, a quem ele reivindica, junto com Luís Bernardo Honwana e Malangatana, como mestre:

9 Porém, investigações feitas por historiadores da Universidade Eduardo Modlane revelaram que Khosa é um apelido descendente de Khosa de Maguda (1855), de genealogia *chope*, povo resistente à expansão dos *ngunis* e vítimas da opressão do Império de Gaza (Liesegang 2002).

10 Língua falada na região de Maputo, considerada uma variedade geográfica da língua *tsonga*.

Eu pessoalmente acredito que a minha maneira de entrar nesse universo foi pela poesia de Craveirinha, por aquilo que eu chamo de o lado telúrico de José Craveirinha, na maneira como ele encontra o que é nosso, como utiliza a língua portuguesa como um grande veículo para passar a cultura banto. Na universalização dos tópicos locais moçambicanos, na dignificação da matéria própria em produto literário segue Luís Bernardo Honwana e o seu *Nós Matamos o Cão Tinhoso*: “Luís Bernardo Honwana, pegou na sua Moamba, terreola a cerca de 70 quilómetros de Maputo, e deu-nos um livro imortal: *Nós Matamos o Cão Tinhoso*. Malangatana, com os seus espíritos ancestrais, deu-nos quadros memoráveis. Estes meus três mestres ensinaram-me que é a partir do local, do teu espaço vital, que podes ir ao mundo. O mundo, esse mundo globalizado, vai entender essa alma local porque é uma alma por todos partilhada. As cores, as matizes, mudam, mas a alma, nas suas várias gradações, é universal. (Gregório, 2010: 188).

A sua escrita é, como a obra pictórica de Malangatana¹¹, uma amálgama de imagens em cenas coloridas e escatológicas; a massa humana, composta de fluidos e secreções, mistura-se com os animais e os elementos naturais em cenas bélicas e trágicas. De temática de denúncia social e revisão dos valores da cultura própria e/ou tradicional. Pretende fazer literatura realista: “as fontes mais importantes para mim é a minha realidade” (Chabal 1994: 309) que denuncie a opressão e agite a consciência

O que importa é termos consciência, sempre, da questão da literatura, da questão da opressão, que, por vezes, não tem a ver só com a cor, mas tem a ver com o sistema, pois mesmo no império de gaza havia os oprimidos e os invasores (Khosa 2018)

Abunda a bibliografia sobre a sua produção literária, relacionando-a com a construção da identidade moçambicana comentada acima, “A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani ba ka Khosa” (Matusse 1993) ou na sua faceta de revisor da história, alguns títulos são “A revisitação da história moçambicana em Ualalapi de Ungulani Ba Ka Khosa” (Cecucci 1994) e “A dimensão anti-épica da moderna ficção moçambicana: Ualalapi de UBKKhosa” (Leite 1995:53). Destacam os estudos sobre a sua defesa da cultura tradicional menorizada, ligados à recuperação da memória perdida e a posta em valor da língua própria como “Ungulani Ba Ka Khosa: o romancista das memórias marginalizadas” (Tutikian 2016), “Do empréstimo à Bantunização do Português em Ungulani ba ka Khosa” (Ngomane 2012) ou “Ungulani Ba Ka Khosa/Mía Couto e a actualização da memória através da linguagem” (Garcia Benito 2005).

Como informante, Khosa representa um olhar concreto, achega a sua versão dos acontecimentos sofridos pelo povo moçambicano. A sua conceição da literatura como ferramenta de intervenção social faz que ele projete esse olhar e influa na sociedade com a sua obra. Submerso na redação da sua obra prima na guerra civil, escreve com a intenção de transformar o pensamento coletivo de uma audiência que transcende o local. Busca influenciar a opinião internacional, se calhar a sua

11 Malangatana Valente Ngwenya (Matalana, Marracuene, Moçambique, 6 de junho– Matosinhos, Porto, Portugal, 5 de janeiro de 2011) foi um artista plástico moçambicano, considerado uma das grandes referências da pintura africana. De origem camponesa, deslocou-se a Maputo onde começou a sua carreira artística, foi arrestado pela PIDE (polícia secreta portuguesa) pelas suas inclinações políticas sob acusação de colaboração com a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Na sua obra, onde abunda óleo e o grande formato, é comum a temática bélica e de luta contra a opressão colonial; representa-se o coletivo como uma massa de homens, mulheres, animais e demos.

intervenção, num cenário de confronto interno.

Queda demonstrada, pois, a validade de Ungulani Ba Ka Khosa como informante para esta investigação já que cumpre com os requisitos descritos acima. Está submerso na cultura e actividade de estudo, é uma pessoa envolvida com a comunidade moçambicana e a sua observação é feita de um ponto de vista discordante ou insubmisso à cultura oficial, é uma voz informante que pode ser chamada de *cynical* como recomendava Bernard. Fica validar a obra como resposta e analisar os dados que chega para continuar com a tarefa.

2.5 Resposta à *grand tour question*, *Ualalapi*

É um romance chave na literatura moçambicana, publicado em 1987 no contexto da guerra civil. A sua génese coincide com a polémica ocorrida entre os anos 1983 e 1985¹² pela decisão de trasladar para chão moçambicano os restos de Ngungunhane, feito que finalmente ocorreria em 25 de junho de 1985, na comemoração do décimo aniversário da Independência.

A receção da obra por parte da crítica canónica foi positiva, recebeu o Grande Prémio de Ficção Moçambicana em 1990 e foi incluído na listagem “Africa's best 100 books of the 20th century” da Zimbabwe International Book Fair Association¹³ em 2002. É um dos títulos referidos recorrentemente a falar de obras representativas da literatura moçambicana e aparece recomendado nas listas de leitura das universidades com estudos específicos de literatura moçambicana ou literaturas dos PALOP. Em inquérito realizado pelo professor Feijó Torres a investigadores da literatura moçambicana, grande número responderam *Ualalapi* à pergunta sobre qual o texto narrativo, de 1975 até a atualidade, que melhor reflete a identidade de Moçambique. Em muitos casos, mormente quando se tratar de informantes moçambicanos, aparece na primeira posição da lista, só com *Terra Sonâmbula* de Mia Couto como rival.

É um romance de encenação histórica ambientado nas fins do S. XIX, em plena disputa das potências europeias pela dominação do território africano que levariam à celebração da Conferência de Berlim (15/XI/1884-26/II/1885), ali seriam definidas as regras de ocupação e os limites territoriais. A pretensão portuguesa de conetar Angola e Moçambique exigia a anexação dos territórios do que hoje seriam Zinbaue, Malawi e Zâmbia, mas isto opunha-se aos interesses do principal colonizador da região central da África, a Grã Bretanha. Do confronto com os ingleses surgiu um conflito que acabou no chamado

12 “A iniciativa provocou discussão no seio do Comité Central da Frelimo, revelando divergências quanto à figura de Gungunhana. Nessa conjuntura, em que o país precisava de promover o patriotismo e a unidade, o rei de Gaza era proclamado como um intrépido opositor ao domínio português e os apoiantes de Samora Mochal pretendiam entroncar nele uma possível descendência” (Carrasco 2018)

13 O projeto Africa's 100 best books of the 20th century começou da mão de Ali Mazrui na feira internacional do livro de Zimbabwe em 1998; posteriormente, um júri encabeçado por Njabule Ndebule escolheu entre 1521 nomeações as 100 melhores obras africanas publicadas no século XX. O top 100, foi publicado pela primeira vez, em Acra, Ghana, em 18 de fevereiro de 2002.

“Ultimatum inglês” de 1890.

É neste período de expansão colonial, entre lutas pela posse do território africano e aumento da exploração dos recursos naturais moçambicanos, que um outro império autóctone luta pela sua sobrevivência: O Império de Gaza. Ungulani Ba Ka Khosa oferece uma interpretação sobre os acontecimentos vividos pelo povo moçambicano sob o domínio de Ngungunhane, o último dos imperadores de Gaza. Para Patrick Chabal, um dos mais renomeados africanistas, a importância de sua reinterpretação histórica radica em que foi a primeira obra que trabalhou explicitamente com o passado pré-colonial do país e ofereceu uma visão própria da História arredada da perspectiva nacionalista¹⁴.

O livro conta a história de Ngungunhane, soberano *nguni* e régulo de Gaza, na versão de um ancião *griot* que ouviu a história de boca de seus antepassados. O narrador do romance assiste a estes feitos numa encenação própria da tradição oral moçambicana; ao redor de uma fogueira e com momentos dialogados entre o *griot* e o público da *estória*¹⁵. A través da legitimidade que dá ao narrador esta ficção da transmissão direta da sua versão dos feitos históricos, Ungulani Ba Ka Khosa de-constrói o ícone de resistência anticolonial e unidade nacional em que estavam a converter Ngungunhane. Assim, conta a usurpação do trono mediante o assassinato do irmão após a morte do pai, a opressão física e psicológica a que eram submetidos os seus súditos, as violentas técnicas de combate e assédio do exército *nguni* e acompanha-o nos seus últimos momentos em chão moçambicano, antes de partir como prisioneiro de guerra para Lisboa seguindo para os Açores.

O livro é estruturado em seis relatos em aparência independentes “Ualalapi”, “A morte de Mputa”, “Damboia”, “O cerco ou fragmentos de um cerco”, “O diário de Manua” e “O último discurso de Ngungunhane”, acompanhados de outros seis paratextos de origem histórica real intitulados “Fragmentos do fim”. Na “Nota do autor” que abre o livro chama a narração de *estória(s)*, graças a esta pista pode entender-se o romance como uma única narração composta pelo que, nas nossas terras, chamaríamos “contos” que têm Ngungunhane como elo comum e que funcionam, estruturalmente, como capítulos do romance.

A crónica história e o relato ficcionado misturam-se nas páginas de *Ualalapi*; as histórias de ficção correspondem com ações em território sob dominação de Ngungunhane e os “Fragmentos do fim” são trechos de crónicas bélicas e cartas ou documentos administrativos do aparato burocrático colonial português. O primeiro dos relatos, que dá título à obra, tem por protagonista Ualalapi,

14 “It was the first book work of fiction to deal explicitly with the country's precolonial past” “it is not a nationality, not a neo-nationalist interpretation of mozambican history” (Chabal 1996: 85)

15 Negologismo proposto por João Ribeiro na Academia Brasileira das Letras em 1919 para designar o conto de origem tradicional, adotado pela crítica literária dos PALOP.

o guerreiro obrigado a dar morte ao irmão de Mundagazi (que depois adotará com nome régio Ngungunhane, “o Leão”) para permitir a sua chegada ao poder; é, por tanto, o anti-herói que protagoniza o romance e representa o passado histórico de Moçambique, este herói cumpre com a missão ordenada embora existam presságios a augurar a sua morte caso mate Mafemane. Com o seu sacrifício começa o reinado de Ngungunhane. O romance fecha com a partida do *hosi*, preso pelos portugueses, para Lisboa de onde irá para o exílio nos Açores, esta última cena é relatada por um narrador-personagem ao narrador interno do romance, há pois, uma narração enquadrada ou *Rahmenerzählung*: os diferentes quadros que compõem o romance são as narrações deste *griot* no lume. A narração começa e acaba, pois, com o começo e fim do mandato de Ngungunhane, a quem Khosa se refere como “imperador”, “rei” ou “*hosi*” segundo o contexto precisar; na “Nota do autor” que abre o livro brinca com a inexistência em língua *tsonga* de uma correspondência na tradução da palavra “imperador” para justificar este uso.

Manua, filho de Ngungunhane conta com um capítulo próprio em que é tratada a figura do assimilado. Em “O diário de Manua”, a través do recurso da narração nas páginas de um diário de viagem perdido, conta como o filho do imperador se integra na vida urbana, onde cai nos vícios e bebe até enlouquecer. Manua representa a perda de identidade, para ele a assunção da língua e modelos culturais dos portugueses é fatal já que provoca a sua enfermidade e morte. Também Damboia, a irmã tem um capítulo de seu “Damboia” em que o seu processo de morte, de hemorragia menstrual de três meses, marca a vida da aldeia e impede as celebrações do ritual sagrado *nkuaia*, este facto serve a Ngungunhane para reafirmar o seu poder absoluto: “Eu represento todos, homens, mulheres, velhos e crianças deste império sem fim” (pág. 62), o evento da enfermidade de Damboia é acompanhado de calamidades e caos na comunidade; a irmã de Muzila dessangrava-se como o poder do Império.

“O cerco ou fragmentos de um cerco” e “A morte de Mputa” são relatos que contêm dados quanto às relações de poder na sociedade *nguni*. No primeiro, conta-se o assédio até a rendição de uma comunidade *chope* descrevendo a deterioração física e psicológica das duas facções enfrentadas e, no segundo, a desgraça que ocorre a um guerreiro por rejeitar as propostas amorosas da *inkonsikasi* e a falida vingança da sua morte por parte da filha.

O tipo de narração do romance, de ambientação histórica, a descrição das relações sociais e a clareza e qualidade do relato chegam para dar validade a *Ualalapi* como resposta e permite começar a análise dos dados que chega.

3 Resultados: Estrutura social moçambicana em *Ualalapi*

3.1 Bourdieu, *habitus* e campo social

O espaço ou campo social é percebido por Bourdieu¹⁶ e o construtivismo estruturalista como um ponto de encontro de posições sociais que confluem numa rede de relações objetivas. Estas posições são o produto das características próprias implícitas na existência e as determinações que imprime aos ocupantes a situação (actual ou potencial) da estrutura de distribuição do poder ou capital. O *habitus* é a classe incorporada, o conjunto das determinações impostas pelas condições materiais da existência, espaço multidimensional construído sobre a base de princípios de diferenciação ou de distribuição. A prática social é a soma da relação do *habitus* com o capital mas o campo social a que pertence.

Esta investigação procurou os *habitus* presentes no romance *Ualalapi* para tentar delimitar o campo ou campos sociais que determinam, mediante as suas relações com o poder, as práticas sociais moçambicanas. O primeiro passo foi identificar os sujeitos sociais da obra para, assim, identificar as características comuns e *habitus* partilhados; depois foram agrupados em campos e descritas as suas relações e práticas.

3.2 Campos e sujeitos sociais presentes na obra

Após a procura e análise de sujeitos sociais nas páginas de *Ualalapi*, é possível agrupar os indivíduos em dois grandes espaços sociais ou campos: espaço português ou sociedade colonial e espaço de Gaza ou sociedade autóctone Moçambicana. As figuras de origem português aparecem nos “Fragmentos do fim”, paratextos de origem histórica que narram a invasão de terras por parte do exército do português, são oficiais e representantes da administração portuguesa; também estão presentes no capítulo “O diário de Manua” que narra a travessia do filho assimilado de Ngungunhane e nas visões apocalípticas d’ “O último discurso de Ngungunhane”.

3.2.1 Mundo dos portugueses

Os portugueses fazem parte do exército e do aparato burocrático colonial, são figuras representantes do “governo português” (pág. 9) definidas pelo cargo que ocupam, como o “Coronel Galhardo” (págs. 39, 55, 56), o “Comisário Régio de Moçambique” (pág. 56), “António Enes” (56),

¹⁶ Pierre Félix Bourdieu (1930-2002) foi um sociólogo francês, docente na *École de Sociologie du Collège de France* teorizou quanto à questão da dominação e as relações entre poder e sociedade, posicionado contra o liberalismo e a globalização. Crítico com o objectivismo estruturalista, analisou, por exemplo, a maneira em que os agentes sociais incorporam, produzem e legitimam as estruturas. *O poder simbólico* (1992), *Razões práticas, sobre a teoria da ação* (1996), *A miséria do mundo* (2003) ou *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia* (2004) são algumas das suas obras traduzidas para o português.

o “Conselheiro Correia e Lança, governador interino da província de Moçambique” (págs. 9 e 74), ou “Governador militar de Gaza, Joaquim Mouzinho D'Albuquerque” (pág. 74) que dão mostras da organização territorial do espaço colonial em províncias e distritos “Sr Governador do distrito” (pág. 9).

O Rei de Portugal é referido como inimigo de Ngungunhane, a quem o *hosi* faz a guerra e, pelo tanto, os seus súbditos são traidores à coroa portuguesa.

Dizendo-lhe eu isto, respondeu que não podia abandonar o Gungunhana, a quem tinha creado como se fôra pae, retorquindo-lhe eu: que **a quem desobedecia e fazia a guerra era ao Rei de Portugal**” (Extractos do relatório apresentado ao Conselheiro Correia E Lança, pág. 74).

Mas também reconhecem o poder do líder local, já que se referem a Ngungunhane como “ex-régulo de Gaza” (pág. 9).

É relacionado com este espaço social dos invasores portugueses que aparece o nome de Moçambique como país, território que tinha o status de província: “Extractos do relatório apresentado ao Conselheiro Correia E Lança, governador interino da Província de Moçambique” (pág. 74). Outra aparição do nome é referida à Ilha de Moçambique, cidade insular na província de Nampula que nomearia, posteriormente, o país:

Não há referência do seu autor, mas sabe-se que pertenceu a Manua, filho de Ngungunhane, que em finais de Julho de 1892 embarcou no paquete *Pungué* de **Moçambique** a Lourenço Marques. (pág. 97).

Existe uma interseção dos campos sociais português e moçambicano, um espaço dominado pelos portugueses em que se dão relações de poder com a comunidade autóctone; é aí que aparece a figura do assimilado, a fazer parte de um novo campo social, o do território colonizado. Exemplo da assimilação é Manua, filho de Ngungunhane, que “fala bem português” (pág. 104).

No navio em que viaja Manua, o resto dos ocupantes são o “capitão” (págs. 98, 99, 101, 102 e 103) e os “passageiros” (págs. 99, 100 e 101), é a través dos relatos dos passageiros que se sabe da existência da escravidão e vendedores de escravos negros

Estava eu e mais uns portugueses à caça dos **vendedores de escravos**, esse comércio abominável **feito por pretos**, quando soubemos, por um informador negro, que estávamos a um dia de marcha duma aldeia com escravos por embarcar para Madagascar. (pág. 101)

No ambiente de miscigenação cultural do porto da Ilha de Moçambique, além das “negras islamizadas” (pág. 97) ou o indiano “Kamal Samade” (pág. 97), aparece uma interessantíssima referência a Camões “viajante zarolho que por estas terras aportou com um volumoso manuscrito entre as mãos e que mais versos fez” (pág. 98) quem viveu dois anos na Ilha vindo de Goa, entre 1567 e 1569, antes de regressar ao reino¹⁷.

¹⁷ Em *Os Lusíadas*, Canto I, 54, o próprio Camões deixa constância do seu passo por Moçambique e descreve a Ilha

Para além disso, a aparição dos portugueses é muito abundante em “O último discurso de Ngungunhane” capítulo final do livro em que o *hosi* profere uma maldição ao povo de Moçambique que, facilmente, pode ser interpretada como uma premonição da opressão colonial a que estaria submetido no futuro. Aqui os homens brancos são chamados de “homens com a cor do cabrito esfolado” (págs. 30 e 118) e do fruto do seu contato com as mulheres moçambicanas nasceriam “crianças com a pele do cor do mijo” (pág. 119). Com a imposição da religião católica chegariam os “homens com vestes de mulher” (pág. 119).

3.2.2 Mundo autóctone

O espaço social do Império de Gaza é o quadro principal do romance, os súbditos de Ngungunhane são as personagens principais das narrações que o conformam, desde o protagonista do relato que dá nome ao livro, Ualalapi, até as mulheres, crianças e velhos vítimas do assédio de “O cerco ou fragmentos de um cerco”. A sociedade era estruturada com o clã como unidade orgânica, sob a direção de “chefes” (págs.. 26, 62 e 83), que dispunham de um território distinto e tomavam parte em ações bélicas, “chefes guerreiros” (pág. 28); organizavam-se em em tribos, cujo núcleo era constituído por parentes do chefe, a filiação na tribo era determinada mais por obediência ao chefe do que pelo nascimento: a sua unidade dependia da comum lealdade dos seus membros a essa autoridade. Em *Ualalapi* este espaço social autóctone está, de vez, dividido em outros dois espaços: a corte e a aldeia, que se correspondem com dois estamentos, a nobreça e o povo. Para a análise da sociedade tribal moçambicana contrastaram-se os dados tirados de *Ualalapi* com a informação contida na obra de A. Ferreira *Povos de Moçambique, história e cultura* (1975).

3.2.2.1 Corte

O sistema político resultado da expansão *nguni* é chamado de “império” até sete vezes no romance (págs. 3, 80, 97, 105, 107, 108, e 125); este império tinha uma capital (pág. 81), sem localização fixa, de nome “Mandlakazi” (pág. 64) que se deslocava com a expansão do território sob domínio *nguni*¹⁸. Dentre as maneiras de referir-se ao chefe, “rei” é a mais habitual com até 58 aparições, seguido de “imperador”, com 8, e “*hosi*” com 4 (págs. 3, 47, 52, e 53). A corte era a “aldeia real” (págs. 64 e 68), onde morava Ngungunhane com “as suas trinta mulheres” (pág. 51), a “*inkonsikasi*”, rainha ou primeira mulher “por culpa da rainha, primeira mulher de Ngungunhane,

como território de passo de viajeros: “Esta ilha pequena que habitamos/ É em toda esta terra certa escala/ De todos os que as ondas navegamos/ De Quíloa, de Mombaça e de Sofala/ E, por ser necessária, procuramos/ Como próprios da terra, de habitá-la/ E por que tudo enfim vos notifique/ Chama-se a pequena ilha Moçambique.”

18 Refere A. Rita Ferreira “No termo da sua longa marcha, Gungunhane instalou a sua capital, sempre denominada Mandlakazi, de início perto da Lagoa Suli, em Cambana. Mas logo transferiu para Mangunhana, parece que por razões mágicas” (RITA-FERREIRA 1975: 319)

que nestas terras leva o nome de “*inkonsikazi*” (pág. 45) e as “pessoas da corte” (pág. 71) que eram guardas, “conselheiros” (págs. 50 e 82), serventes (“*serva*”, págs. 52, 66 e 67) e “maiores do reino” (págs. 27, 29, 46, 50, 64 e 106). O sistema de descendência, como já foi comentado, era patrilinear e o herdeiro era o “filho primeiro” (pág. 34) da *inkonsikasi*. A família do chefe e a sua vontade regia o destino da aldeia e do clã; por exemplo, a doença de Damboia, “irmã mais nova de Muzila” (págs. 61 a 72) obriga a parar a vida na aldeia e o despeito da rainha provoca a morte de Mputa (pág. 45). Os postos sociais de prestígio eram masculinos, são os homens que ocupam a chefia da aldeia e as funções de conselheiro, adivinhador ou “feiticeiro” (pág. 50).

O aparato bélico foi o grande desenvolvimento *Vangune*,¹⁹ as técnicas bélicas desenvolvidas por Chaka, um dos inimigos do monarca de Gaza, foram incorporadas pelos *nguni* para a sua expansão.²⁰ O exército que deixara espantados os portugueses e ocupara o território do Zambeze até o Lipopo é o protagonista do capítulo “O cerco ou fragmentos de um cerco” (págs. 75 a 90).

3.2.2.2 Aldeia

O conjunto dos habitantes da aldeia é chamado “povo” dezasseis vezes, o núcleo familiar é o piar fundamental da sociedade tribal (“família” aparece nas págs. 24, 25, 88 e 116). Os homens da aldeia, que são referidos como “guerreiros” até 68 vezes no total do livro, desenvolvem atividades relacionadas com a guerra e a caça. As personagens protagonistas dos relatos são masculinas, com a exceção de Dómia, que atua por vingança à morte do pai.

Por enquanto, as maiores aparições das mulheres (44 vezes) são genéricas, representadas em personagens planas, a fazer parte da massa social indeterminada ou passiva junto com crianças e velhos: “mulheres, velhos e crianças” (pág. 62), “As mulheres, velhas e crianças” (pág. 80). Elas fazem parte de um grupo social não produtivo para o clã e sofrem, de maneira direta ou indireta, as consequências das lutas entre os chefes das tribos ou os desígnios dos espíritos. É de destaque a aparição acompanhada dos possessivos “nossas” (pág. 86) e “vossas mulheres” (págs. 109, 120 e 121). Também costumam ligar-se às crianças, à maternidade: “mulheres e filhos” (pág. 35), “Uma mulher de meia-idade, sentada defronte à casa, amamentava uma criança” (pág. 25), “mulheres com crianças ao colo” (pág. 85), é recorrente na paisagem moçambicana, segundo estes dados, a imagem

19 Os guerreiros foram agrupados em regimentos criados pelo rei e comandados por um “induna”, residiam em cidadelas militares agregadas a cada uma das povoações habitadas pelas concubinas reais. O exército marchava em coluna, seguido de perto pelos adolescentes que actuavam como carregadores e como pastores do gado, as raparigas faziam parte da coluna enquanto se mantivessem as provisões. (...) A celeridade da marcha era espantosa, podendo ser facilmente atingida uma média de quarenta milhas por noite. (Rita-Ferreira 1975: 278)

20 Em 1828 o monarca de Gaza teve que enfrentar o exército de Chaka, foi por isso que começaram as deslocações, primeiro para a margem esquerda do Lipopo e depois com direção ao norte, em 1842 devastaram os prazos de Sofala. (Rita-Ferreira 1975:301)

da mulher com a criança ao colo. O valor da mulher reside na maternidade e no seu rol de companheira.

Mas não há só referências á etnia dos protagonistas, *anguni*, *ngoni* ou *nguni*²¹ (assim aparece 16 vezes no livro), também aparecem refletidas as relações com “outras tribos” (pág. 26) e aldeias de fóra do império com quem mantêm conflitos bélicos, alguns deles são os odiados “*chope*” (pág. 80) e “*machope*” (pág. 87), a quem Ngungunhane utiliza de comparativa negativa “animal semelhante aos *machope*” (pág. 49)²² ou os “imundos *tsongas*²³” (pág. 46; 47, 48, 51). Estes confrontos eram reais e tinha origem em enfrentamentos recolhidos em fontes históricas²⁴.

O capítulo “O cerco ou fragmentos de um cerco” é dedicado exclusivamente a relatar uma das técnicas bélicas para a anexação de novos territórios, o assédio de uma aldeia ata a rendição, após a qual os sobreviventes eram assimilados como membros do coletivo; assim grupos *tsonga*, entre outras tribos, passaram a fazer parte da comunidade de Gaza. Ungulani Ba Ka Khosa recria neste capítulo a façanha da cruenta vitória sobre os *chopes*.

A matança foi de tal ordem que gerações vindouras sentiram o cheiro de sangue quente misturado ao capim. As populações da zona emigraram para sempre, incapazes de suportar o cheiro dos mortos que se colara ao adobe das cubatas (...) Ao cair da noite a matança terminou. Xipenanyane e Maparato fugiram com alguns guerreiros, deixando o cadáver de Binguane e de outros guerreiros da corte *chope* (...) Maguiguane obrigou os guerreiros a tocarem o batuque da vitória. Mas ninguém, incluindo Maguiguane, sentiu-se aliviado da tensão, da solidão. (pág. 88)

3.2.3 Extra mundi e mundo não humano

De grande representação no texto é o mundo animal não humano, referido imenso número de vezes a partilhar o espaço físico e cultural com os seres humanos, colocados no seu mesmo plano semântico num exercício animista. Esta reiterada aparição do mundo animal não humano é sintoma do papel preponderante da fauna na cosmovisão do grupo étnico do romance. Para Derrida (2008: 17), a identidade tem origem na alteridade, é dizer, a identidade é construída na diferença.

21 “O próprio nome de “Nguni” aplicado aos povos de língua e cultura semelhante que habitavam o sudoeste africano, dá uma noção de homogeneidade cultural, homogeneidade que não é aceite todos os estudiosos. (...) Alguns autores, na caraterização dos Vangunes, consideram como de extrema importância o rigoroso tabu que lhes proibia o consumo de peixe, tabu que não era vulgar, quer entre os Bantos, quer entre os pastores de bovino”. (Rita-Ferreira 1975: 268)

22 “A reforçar o odio de Gungunhane para com os Chopes, parece ter militado uma inimizade puramente pessoal que nutria contra Sipadanhana, filho de Binguana, um dos maiores chefes daquela etnia. Como se encontra sobejamente comprobado, os angunes seguiam a hábil política de criar na capital real os herdeiros dos chefes conquistados ou avassalados. Os futuros dirigentes eram dessa maneira integrados sem dificuldade na cultura angune” (Rita-Ferreira 1975: 321)

23 “*Tsonga* era, inicialmente, uma maneira de referirem-se povos situados a oeste a outros situados a leste” (Ferreira 1975:45)

24 “Binguane, um dos netos do grande chefe Dzowo, do vale do Limpopo, conseguiu dominar e unificar grande parte dos régulos *chopes*, mobilizando-os numa resistência heroica contra Mawewe, Muzila e Gungunyane” (Rita-Ferreira 1975: 95)

A consciência de ser humano nasce, num primeiro momento, por oposição ao animal não humano, surge com a noção de existirem outros animais que não são da mesma espécie, são identidades interdependentes porque para a existência de uma é *conditio sine qua non* a existência da outra.

A fina linha que separa, ontologicamente, humano de animal é ultrapassada quando os parceiros não humanos servem como modelo de conduta e ferramenta para a interpretação da realidade, por exemplo, no uso de provérbios: “Mas que importância tem a formiga perante o elefante?” (pág. 26), “Quantas vezes o crocodilo saiu da água?” (pág. 26), “os cães são cães” (pág. 49). O reino animal mostra ao humano, como mais um membro desse reino, a maneira de relacionar-se com o meio mediante a imitação. No uso dos provérbios, os laços que unem animal e humano não são apenas bioecológicos, mas também representativos culturalmente, poder-se-ia definir o provérbio (quando contar com um elemento animal não humano na sua composição) como uma expressão zoocultural humana. Não surpreende o seu uso no romance porque a sua promoção a través da literatura foi uma das intenções declaradas do autor²⁵.

A leitura dos acontecimentos naturais que provocam os movimentos animais também serve de interpretação do futuro: “Dois pangolins, animais de mau agoiro” (pág. 24) e alguns deles têm o poder de representação totémica ou são portavozes da vontade dos espíritos “dirigiu-se a uma das margens do rio e esperou pelos crocodilos dos seus antepassados” (pág. 28). É recorrente a aparição do crocodilo como executor “entregar-se-ão aos crocodilos” (pág. 118) ou ameaça “Os crocodilos passaram a viver às margens. Era normal vê-los à soleira das nossas portas ao raiar do dia” (pág. 71).

Na citação do livro que intitula este trabalho “As hienas uivam, as serpentes silvam, os homens sonham” a cena natural noturna da aldeia tem de pano de fundo o som que fazem os animais, o quotidiano é composto pela respiração dos animais e os sonhos dos humanos. Comprova-se que o animal é definido pelo som que emite, a identidade radica na língua falada, “os bois mugiam” (pág. 107, 123), “as moscas a zumbirem” (pág. 99 e 6 vezes mais), “serpentes que silvavam” (pág. 79), “as serpentes silvam”(pág. 81, 82, 86, 98, 108, 123...) “as hienas uivam” (pág. 81). Desta afirmação pode-se deduzir o carácter desnaturalizado do animal que não fala na sua língua própria, mas também que a característica que diferencia humano de animal é a sua capacidade de abstração, fantasia e sonho.

Os hábitos alimentares também têm relação com a questão da criação da identidade com relação

25 “E eu começo, também, a construir a minha contribuição, sempre com a preocupação de transportar os provérbios para a literatura, estudar provérbio, integrando-os no diálogo corrente, tentando encontrar respostas para eles numa construção sem grandes pretensões” (Khosa 2018).

á alteridade. A gastronomia é uma questão cultural que soma à adaptação ao meio hábitos higiénicos e tabus culturais de origem mágico-esotérica ou religiosa. Por exemplo, Ngungunane e os seus súbditos, como os *ngunis* não comem peixe²⁶ mas sim faz o filho assimilado, Manua.

Volta, pois, com a questão alimentar, a ideia da construção da identidade a través do reconhecimento do outro; como espécie, somos identificados com um grupo de iguais que conforma um coletivo de que fazemos parte. A supervivência do nosso coletivo passa por alimentar-se de outros que não possuam a mesma identidade, de elementos exógenos; é por isso que são os outros que comemos, os que não fazem parte de nós ou não nos identificamos com eles. Embora existam sociedades que pratiquem a antropofagia, na moral refletida no romance a identificação como membros de uma mesma espécie implica não comerem-se entre eles; quando aparece o canibalismo é por enlouquecimento e desesperação.

Enloquecidos pela fome **os homens devoram as mulheres e as mulheres devoram as crianças**. O rei e os maiores apontam a dedo a carne para o repasto. Ninguém fala no kocolene. (pág. 83)

Há mais um grupo de aparições que não fazem parte do mundo dos vivos mas que, pela sua afluência no texto e grande importância para as personagens, tem de ser referido a fazer parte do espaço social do Império de Gaza, são os espíritos, tratados como seres sobrenaturais que decidem o destino dos homens. A ideia de pandermismo em que tudo o que acontece no mundo tem origem numa causa que pode ser sobrenatural é presente no facto de os espíritos legitimarem o poder de Ngungunhane “Serei para todo sempre Ngungunhane e morrerei de velhice. Assim o quiseram os espíritos” (pág. 31); há “espíritos malvados” (pág. 27, 28, 29 e 30) que são responsáveis das desgraças do império, mas também positivos que têm poder protetor: “protegem-nos” (pág. 86). Os mortos ficaram na vida quotidiana sob a figura dos “antepassados” (8 vezes no romances), a presença de “antepassados remotos e recentes” (página 62) ajuda na toma de decisões e legitima ou condena as ações dos humanos, mesmo mortos não perdem o seu poder nem hierarquia social²⁷. Pode-se afirmar que os finados continuavam a fazer parte da estrutura social *nguni*.

3.3 Estrutura e estruturação social em *Ualalapi*

O tratamento de *Ualalapi* como resposta a um inquérito etnográfico achegou dados relevantes que ajudaram a desenhar uma panorâmica da estrutura social do romance. Na altura dos últimos dias do Império de Gaza, a sociedade moçambicana era estruturada em dois grandes campos sociais

26 “Pode até admitir-se que a interdição alimentar do peixe geralmente observada pelos Vangunes tivesse a função de exprimir ritualmente a diferenciação que os marcava em relação aos Bosquímanos, grandes consumidores de mariscos e outros produtos marinhos” (Rita-Ferreira 1975: 269).

27 “Como os restantes bantos praticavam o culto dos antepassados, os quais, no mundo sobrenatural, mantinham a hierarquia que possuíam em vida. Nesta base o poder dos chefes dependia em larga medida do prestígio dos seus antepassados.” (Ferreira 1975: 365).

diferenciados pelos seus *habitus* particulares: o espaço colonial português em expansão, formado por mandos do exército português e membros do aparato diplomático, burocrático e político, permeável à presença de muçulmanos e indianos, e a sociedade *nguni* em decadência do Império de Gaza, dividida em dois estamentos: corte e povo.

O Império de Gaza era articulado em clãs, formados por núcleos familiares compostos por guerreiros, mulheres e filhos. Os homens eram a força produtora do grupo, encarregados da caça, alimentação e da defesa da comunidade; as mulheres tinham uma definição genérica, sem mais atribuições que as ligadas à maternidade e cuidado das crianças. Estava organizado em capital e aldeias; a corte real, que residia na capital do império, era deslocada conforme avançasse a expansão e ocupação de território por parte do exército, fortemente organizado. Praticava-se a poligamia e o monarca tinha mais de trinta mulheres em tantas outras casas, mas a *inkonsikasi* era a esposa predileta e a que determinava a linhagem.

A(s) etnia(s) a que pertence o autor são vítimas diretas da expansão do império *nguni*. *Chopes* e *tsongas* eram considerados povos inimigos, mantinham enfrentamentos bélicos com as tropas de Ngungunhane e, após a derrota, eram anexados ao império para serem assimilados à cultura *nguni*. Estes povos resistiam à dupla violência exercida pelo choque dos dois impérios. Mais tarde, voltariam sofrer a violência da guerra civil e, já na democracia, a assimilação cultural resultado dos interesses de homogeneidade nacional da FRELIMO.

Existe, nesta obra, uma crítica explícita ao poder. O medo e a opressão eram as forças que moviam homens e mulheres sob o domínio de Ngungunhane. Os indivíduos não tinham direito à toma de decisões próprias nem liberdade de movimentos e qualquer intento de rebelião ou, mesmo, qualquer divergência com a vontade dos membros da corte, era punido com a morte.

Na corte, os conselheiros e anciãos ostentavam grandes parcelas de poder, assim como desempenhavam as funções magos e feiticeiros. Os mortos seguiam a fazer parte da estrutura social, bem como memória na figura dos antepassados, bem como presença mágico-esotérica na forma de espíritos. Seguiam a ostentar o status adquirido em vida e legitimavam o poder do império. Os animais podiam ser executores da vontade dos espíritos e a sua presença no património cultural era muito importante a través de provérbios usados na vida quotidiana e explicação de fenómenos naturais.

A interseção dos dois campos sociais deu lugar a um novo com características próprias, a sociedade colonial. Uma das figuras deste novo campo é a do assimilado, indivíduo de origem autóctone que, voluntária ou involuntariamente, renúncia à sua identidade para assumir a do colonizador. Isto

implica adotar a sua língua, o português, e praticar os seus costumes como a alimentação, a vestimenta ou a religião. Nesta alienação colonial era possível, mesmo, a existência de traficantes de escravos surgidos da própria comunidade.

A estrutura social moçambicana é homóloga com a estrutura social do romance, e a estruturação interna do romance corresponde com a estrutura social representada na ficção. O autor oferece uma visão aos quadros sobre os acontecimentos ocorridos nos últimos dias do Império do Gaza. Para isso, dividiu a obra em relatos breves ou *estórias* que bebem das fontes da tradição oral da oratura e que representam o caráter fragmentário e multicultural da sociedade moçambicana; são cenas em aparência independentes que formam um único romance. Assim é a sua visão da nação de Moçambique: uma coleção de pequenas identidades que formam uma única obra comum. Os relatos são acompanhados de um aparato paratextual sob o título “Fragmentos do fim”, formado por documentos históricos reais que oferecem a narração da queda de Ngungunhane do ponto de vista português. Estes textos permanecem à margem dos relatos sobre o império mas estão presentes antes de cada um deles; a sociedade colonial portuguesa é apresentada como um anexo à moçambicana.

O protagonista da história de Moçambique não é o opositor à ocupação portuguesa, Ngungunhane, mas o guerreiro de origem popular obrigado a dar morte ao herdeiro legítimo do trono de Gaza. Ualalapi é sacrificado para cumprir com a vontade de Muzila e o seu destino como Lião de Gaza. Fica a ideia do povo como experimentador das consequências da luta entre os representantes do poder político do Estado. Ngungunhane é eleito para passar à história como líder opositor à colonização portuguesa mas também como despótico opressor de seu povo. A sua sede de poder é tão grande que ordena o assassinato do irmão. Os opositores à sua opressão são figuras quase mártires como Mputa ou Domia, que perdem a vida por revelarem-se contra o poder.

O romance foi escrito em plena guerra civil, existe um paralelismo entre a história narrada nas suas páginas e a situação que estava a experimentar o povo moçambicano. Como sob o governo do *hosi*, as facções enfrentadas no conflito bélico recrutavam homens e jovens à força para fazer parte de uma guerra fratricida. Ungulani Ba Ka Khosa, no seu rol de influenciador ou criador de opinião, denuncia a violência e opressão que vivia o povo de Moçambique como consequência da luta pelo poder dos grupos políticos.

A eleição dos últimos dias de Gaza como cenário para esta denúncia pode estar justificada, não só pelo interesse em revisar a figura de Ngungunhane, mas também pelas similitudes entre os dois contextos históricos. A fins de XIX eram as potências coloniais inglesas e portuguesas que

desestabilizavam a zona, e no momento em que se escreve o romance eram os blocos capitalista e comunista os que disputavam o controlo de Moçambique. O autor coloca, assim, numa delicada situação os observadores internacionais e questiona o seu papel na situação que estava a viver o povo moçambicano.

O relato é feito não só para consumo do público interno, mas também forâneo. Inclui explicações de tipo etnográfico e linguístico que são desnecessárias ou redundantes para os/as leitores/as moçambicanos. Ungulani Ba Ka Khosa é consciente da circulação das obras no espaço da lusofonia e tenciona favorecer o acesso do público convidado à sua cultura. Procura-se uma mudança na conceção internacional de cultura e passado moçambicanos.

Ualalapi é uma aposta pela defesa da diversidade interna do país e uma proposta de revisão dos tópicos históricos e ícones da unificação nacional pós-independência. Os povos *tsonga* e *chope* são resgatados do esquecimento e incorporados a um novo modelo de história oficial.

As revoluções contam com heróis, mártires e figuras icónicas como referentes que seguir e modelo de imitação na luta. Ungulani Ba Ka Khosa reagiu com *Ualalapi* contra a eleição de Ngunhunhane como herói da FRELIMO e representante da luta do povo moçambicano contra a ocupação portuguesa²⁸. Mas ele não propõe um substituto, não existem nas páginas do romance heróis absolutos nem histórias com final feliz que sirvam de modelo para as gerações vindouras. Apenas há personagens malogradas que tentam revelar-se contra o sistema e não conseguem. A de *Ualalapi* é uma história de vencidos já que todos, incluído o onnipotente *hosi*, são derrotados ou mortos. O final do livro é pessimista e augura as calamidades que esperavam a Moçambique com o recrudescimento do domínio português.

A resistência do povo, sobrevivendo à opressão do poder local e aos confrontos entre potências, é o ícone que reivindica Ungulani Ba Ka Khosa. A vida e a história de Moçambique continua entre os rios de sangue provocados pelas guerras. Embora existam forças opressoras, as hienas uivem e as serpentes silvem os seus homens e mulheres seguirão a sonhar.

28 Vid. nota 12

4 Conclusões

Depois do trabalho de investigação e recolha de dados, foi feita uma análise da sociedade moçambicana a través da informação contida nas páginas de *Ualalapi*. Descreveu-se a estrutura social do Império de Gaza e foram identificados os seus membros. Tiveram-se em conta as relações mantidas com os colonizadores portugueses, outras tribos e o meio que habitavam.

Esta estrutura social foi comparada com a estruturação interna do romance e acharam-se homologias entre elas. *Ualalapi* apresenta as mesmas características formais que a sociedade moçambicana: variedade no particular e intenção de unidade no conjunto global.

Identificou-se como figura resgatada para fazer parte da história de Moçambique a memória dos povos *tsonga* e *chope*. A imagem projetada de Ngungunhane é a de um tirano com infinita sede de poder e opressor dos seus súbditos. Assim, na versão da história que constrói Khosa, o povo é mártir mas possui vontade e resiste contra os abusos.

A perspetiva antropológica deu resultado satisfatório. A inclusão da literatura nas ciências sociais, da mão da sociologia da literatura, permitiu trabalhar com técnicas de investigação próprias do método etnográfico e antropologia cultural aplicada.

Ungulani Ba Ka Khosa resultou ser um informante de grande proveito, perito na cultura tradicional moçambicana mas cético com a versão da história oficial. Com a sua obra pretende influenciar a sociedade e chega a uma visão própria do passado do país para ajudar na construção do seu futuro.

Confirmou-se, pois, existirem informantes úteis na investigação literária. Autores, como Ungulani Ba Ka Khosa, que pretendem modificar o estado de opinião coletiva a través das suas obras. Era interessante continuar esta linha de investigação e entrevistar novos/as autores/as com este mesmo método. Fica para mais adiante a ampliação do estudo da sociedade moçambicana a través do olhar de novos/a informantes e a análise das suas obras como respostas a um inquérito etnográfico.

Estas afirmações permitem concluir que se conseguiram os objetivos formulados no começo da investigação. Foi descoberta qual é a estrutura e estruturação social presente em *Ualalapi*, descreveram-se as características sociais moçambicanas nos últimos dias do Império de Gaza e foi testada e provada a validade de Ungulani Ba Ka Khosa como informante para análise literária do ponto de vista antropológico.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Richard N. (1971). *Introducción a la antropología aplicada*. Guatemala, José de Pineda Ibarra, 1971.
- ALDRIDGE, A. Owen (1989). “Literature and the study of men”, en *Literature and Anthropology* (edição de Philip A. Dennis e Wendell Aycock), Texas: Texas Tech University Press, 1989.
- ALONSO, Luis Enrique (2004). *Pierre Bourdieu: las herramientas del sociólogo*, Madrid, Editorial Fundamentos, 2004.
- ARAÚJO, Erika Tonelli de (2009). “Um olhar sobre a cultura e sociedade em Moçambique: A ficção e a realidade em “Niketche: uma história de Poligamia””. Aracuaia, SP, Universidade Estadual Paulista, 2009.
- BERNARD, H. Russell (2005). *Research methods in anthropology*, Newbury Park, Sage, 1989.
- BESSA RIBEIRO, Fernando. “A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique”. *Etnográfica*, vol. 9, núm. 2, pp. 257-275 Lisboa: Centro em Rede de Investigação em Antropologia, 2005.
- BHABHA, Homi K. (1995). *The location of culture*. London: Routledge, 1995.
- CABAÇO, José Luís (2009). *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação* São Paulo: Editora Unesp/ANPOCS, 2009.
- CAMÕES (2002), Luís de. *Os Lusíadas*, Lisboa, Ulisseia, 2002.
- CÂNDIDO, Antônio (1975). *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*. Editora Itatiaia São Paulo, 1975.
- CARRASCO, Tiago (2018). “O exílio açoriano de Gungunhana, o mítico régulo de Moçambique” www-sabado-pt.cdn.amnproject.org, 2018.
- CECUCCI, Piero. (1994). A revisitação da história moçambicana em Ualalapi de Ungulani Ba Ka Khosa. *Kg. Lisboa*, 1994.
- CHABAL, Patrick (1994). *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade*. Lisboa: Vega, 1994.
- CHABAL, Patrick (1996). *The postcolonial Literature of Lusophone Africa*. Londres: C. Hurst & Co., 1996.
- CLIFFORD, James (1995). *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna*. Barcelona: Gedisa DL, 1995.
- COLUMBIA UNIVERSITY LIBRARY. African Studies. “Africa's best 100 books of the 20th Century” Recuperado de https://library.columbia.edu/locations/global/virtual-libraries/african_studies/books.html [X/2018]
- DERRIDA, J. (2008) *El animal que luego estoy si(gui)endo*, Madrid, Editorial Trotta, 2008.

- DUTRA, R. (2009). “Ungulani Ba Ka Khosa: Literatura e eficácia”. *Via Atlântica*, (16), 79-92. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/va.v0i16.50463> [
- ERVIN, Alexander M. (2005). *Applied anthropology. Tools and perspectives for contemporary practice*. Boston, Pearson Education Coop., 2005.
- FERRERAS, Juan Ignacio (1980). *Fundamentos de sociología de la literatura*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1980.
- GALE, Ana Maria Martinho (2011). *The protean Web: Literature and Ethnography in Lusophone Africa*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- GARCÍA BENITO, Ana Belén. "Ungulani Ba Ka Khosa/Mía Couto e a actualização da memória através da linguagem." *Anuario de Estudios Filológicos* , 2005.
- GOLDMANN, Lucien (1975). *Para una sociología de la novela*. Madrid: Editorial Ayuso, 1975.
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2015). *Portal do Governo de Moçambique* ,2015. www.portaldogoverno.gov.mz [última visita a 27/I/2019]
- GREGÓRIO DIOGO, Rosalia Estrelita (2010). “Ungulani ba ka Khosa: a literatura tem que transportar os valores das culturas e das línguas locais” *Scripta*, v. 14, n. 27, p. 187-193, 2º sem. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. GABINETE DO PRESIDENTE (2019). “Divulgação, os resultados preliminares IV RGPH 2017” em <http://www.ine.gov.mz/iv-censo-2017> [20/I/2019]
- KHOSA, Ungulani Ba Kha (1998). *Ualalapi*. Lisboa: Caminho, 1998.
- KHOSA Ungulani Ba Kha (2015). “Memórias perdidas, identidades sem cidadania”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº106 *Memórias de violências: Que futuro para o passado?*. Coimbra: Centro de Estudos sociais de Coimbra, 2015.
- KHOSA, Ungulani Ba Kha (2018). *Gungunhana*. Lisboa: Porto Editora, 2018.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka (2018). São Paulo: Kapulana, 24 set. 2018. Disponível em: <http://www.kapulana.com.br/uma-entrevista-com-ungulani-ba-ka-khosa-autor-de-gungunhana-ualalapi-as-mulheres-do-imperador/> [última visita 25/I/2019]
- LARANJEIRA, P. (1995). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- LEITE Ana Mafalda (1995). “A dimensão anti-épica da moderna ficção moçambicana: Ualalapi de UBK Khosa.” em *Discursos: estudos de língua e cultura portuguesa*, 1995.
- LIESEGANG, Gerhard (2002). “Reconstituindo a história precolonial de Moçambique, como a análise das tradições dos Tembe e Chilundu, fontes escritas antigas e o uso de modelos ajudam a reconstituir a história dos Khosa”, Maputo, Universidade Eduardo Modlane, 2002.

MATUSSE, G. ROSÁRIO, LD. E LOPES (1993) “A construção da imagem de moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani ba ka Khosa”, 1993.

NGOMANE, Nataniel.(2012) "Do empréstimo à Bantucização do Português em Ungulani ba ka Khosa." em *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*, 2012.

PEACOCK, James L. (2005). *La lente antropológica*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

QUIVE, Eduardo (2012). “Leituras: “Charrua” na voz do seu primeiro coordenador, 2012. disponível em <http://revistaliteratas.blogspot.com/2012/09/leituras-charrua-na-voz-do-seu-primeiro.html> [27/I/2019]

RITA-FERREIRA, A. (1975). *Povos de Moçambique, história e cultura*. Porto, Edições Afrontamento, 1975.

SIMONS, Gary F. e CHARLES D. Fennig (eds.). 2018. *Ethnologue: Languages of the World, Twenty-first edition*. Dallas, Texas: SIL International. Online version: <http://www.ethnologue.com>

SPREADLEY, James P. (1979). *The ethnographic interview*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1979.

STEWART, John (1989). “The literary work as a culture document: a caribbean case” em *Literature and Anthropology* (edição de Philip A. Dennis e Wendell Aycock). Texas: Texas Tech University Press, 1989.

TUTIKIAN, Jane Fraga (2016). "Ungulani Ba Ka Khosa: o romancista das memórias marginalizadas." *Revista Mulemba* 6.11, 2016.

UNESCO (2016). *Moçambique. Relatório anual 2015*. Unesco Digital Library, 2016 Recuperado de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265472_por.locale=en [03/I/2019]